



REVISTA

# RECONEXÃO PERIFÉRIAS

FOTO: VLADIMIR PLATONOW/AGÊNCIA BRASIL



## O papel das periferias nas eleições

**Segurança pública  
popular: muito além da  
militarização**

**Assassinatos no campo  
tiveram queda de 46%  
em 2023**



CONFIRA A SEÇÃO **OPORTUNIDADES**

# O papel das periferias nas eleições



FOTO: TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL

A edição de setembro/outubro da revista **Reconexão Periferias** traz uma série de reflexões sobre temas essenciais para o bem viver nas periferias brasileiras que devem estar em pauta às vésperas das eleições municipais. Para que as escolhas sejam feitas a partir das necessidades da população e com base no compromisso dos candidatos com a governança participativa.

O artigo de Clédisson Júnior *Entre a desconfiância e a esperança: o papel das periferias nas eleições* analisa o cenário desafiador que se desenha na proximidade das eleições, que colocam as periferias urbanas no epicentro de uma disputa que vai além da simples escolha de novos governantes. “O futuro das cidades brasileiras não só está em jogo, assim como também uma profunda reflexão sobre como a política é

concebida e praticada nos territórios historicamente marginalizados”, diz o texto.

Um dos assuntos mais importantes nos programas de governo atualmente é a segurança pública, que se torna cada vez mais frágil diante do crescimento dos diversos tipos de violência enfrentados pela população periférica em todo o Brasil. É dele que trata o texto *Uma segurança pública popular: refletindo além da militarização*, de Sofia Toledo e Ruan Bernardo. “Por isso é necessário debater os efeitos da militarização da segurança pública e o quanto isso enseja a necessidade de uma segurança pública popular, como alternativa que trate a polícia como parte do povo trabalhador. O formato em que se organizam as políticas públicas volta-

PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS ■ CONSULTOR RESPONSÁVEL ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ COORDENADOR DO PROJETO PAULO CÉSAR RAMOS ■ EQUIPE RUAN BERNARDO, SOFIA TOLEDO, VICTÓRIA LUSTOSA BRAGA, DARLENE TESTA, MATEUS TANCREDO TOLEDO E VILMA BOKANY ■ COLABORADORES SOLANGE GONÇALVES LUCIANO ■ EDIÇÃO E REVISÃO ROSE SILVA E FERNANDA ESTIMA ■ PRODUÇÃO EDITORIAL CAMILA ROMA ■ PROJETO GRÁFICO CACO BISOL ■ DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO PAULO OKAMOTTO (PRESIDENTE), BRENNO CESAR (VICE-PRESIDENTE), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ALEXANDRE MACEDO DE OLIVEIRA, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JORGE BITTAR, MONICA VALENTE, NAIARA TORRES E VALTER POMAR.

das à segurança não estão dando e nunca deram retornos que satisfaçam as necessidades da população, principalmente dos grupos periféricos.”

Outro tema abordado na edição é a Lei Federal nº 14.903/24, batizada como Marco Regulatório do Fomento à Cultura, que se tornou uma importante vitória para o setor cultural brasileiro. No artigo *Marco Regulatório do Fomento à Cultura: um chamado para a luta constante*, a Advogada Juliana da Conceição observa que a lei visa atender uma antiga reivindicação das trabalhadoras e trabalhadores da cultura, setor em que a alta qualificação não corresponde aos cachês cada vez mais baixos para o exercício de um trabalho criativo que exige alto envolvimento emocional, corporal e intelectual. “Das práticas, tecnologias e saberes da periferia incorporados ao texto legal, é de se comemorar o reconhecimento de Grupos e Coletivos Culturais despersonalizados juridicamente”.

A entrevistada desta edição

é a juíza federal aposentada Cláudia Dadico, doutora em Ciências Criminais pela PUC Rio Grande do Sul e mestra em Direito Processual pela Universidade de São Paulo. Desde março de 2023 ela dirige o Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Agrários do Ministério do Desenvolvimento Agrário, responsável pela arbitragem dos conflitos. Nesta entrevista, ela fala sobre a ação do governo federal para pacificar a violência no campo e nos territórios indígenas.

A seção *perfil* apresenta a Associação Elas Existem-Mulheres Encarceradas, que desde 2016 atua em prol das mulheres que compõem o sistema penitenciário e das adolescentes do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro.

A edição traz ainda uma reportagem sobre regularização fundiária urbana. O governo federal selecionou 59 propostas de estados e municípios para receber R\$ 5,5 bilhões do PAC, que serão utilizados na regularização fundiária e urbanização de favelas. A

estimativa é que as propostas selecionadas beneficiem diretamente mais de 87 mil famílias, o que significaria por volta de 310 mil pessoas. Parte dos recursos provém do orçamento geral da União e parte do FGTS. A ação prevê melhoria das condições de vida nas periferias urbanas brasileiras.

A seção de *arte* apresenta Joana Jade, uma travesti, preta, mãe do bebê Niare. Nascida em 1995, em Serra Talhada, sertão de Pernambuco, ela coordena e dirige o projeto Arte Trava, voltado para geração de renda por meio da moda e das artes visuais.

A edição também traz as seções *Programas e Oportunidades*.

Boa leitura! Boas lutas! ■

## Entre a desconfiança e a esperança: o papel das Periferias nas eleições

CLEDISSON JÚNIOR

CLEDISSON JUNIOR  
É ANTROPÓLOGO

FOTO: DIVULGAÇÃO

**As eleições municipais de 2024 estão em curso e trazem à tona um cenário político desafiador, que coloca as periferias urbanas no epicentro de uma disputa que vai além da simples escolha de novos governantes das nossas cidades.**

O futuro das cidades brasileiras não só está em jogo, assim como também uma profunda reflexão sobre como a política é concebida e praticada nos territórios historicamente marginalizados.

Por décadas, as periferias foram tratadas como áreas de exclusão, lembradas apenas durante os períodos eleitorais. O Estado, quando presente, manifestava-se predominantemente por meio da repressão policial,

deixando um vácuo de assistência e desenvolvimento. Nos últimos anos, os territórios se tornaram laboratórios de inovação política, onde novas formas de ação coletiva e de engajamento político emergiram, à margem das instituições e do sistema político.

Todo esse processo reflete um profundo sentimento de desconfiança em relação às estruturas políticas convencionais. Nas periferias, há uma percepção cada vez mais consolidada de que o sistema eleitoral não consegue responder às demandas concretas de suas populações. As promessas de inclusão social, de melhorias na infraestrutura ou de redução da violência raramente se concretizaram. Como resultado, o eleitor periférico, sobretudo os jovens, tem buscado alternativas que vão além do voto tradicional. Isso explica o surgimento de

candidaturas coletivas e de movimentos autônomos, que não se limitam a uma lógica eleitoral imediata, mas buscam reconfigurar o próprio sentido da representação política.

Embora essa dinâmica represente uma reação necessária e extremamente legítima à insatisfação com o status quo político, é preciso desenvolver um olhar mais criterioso, que não desconsidere os desafios e limitações inerentes a essas iniciativas. A estrutura política brasileira, marcada por profundas desigualdades, tem imposto obstáculos significativos à efetiva transformação por meio dessas novas formas de representação. Desse modo, as candidaturas coletivas, embora inovadoras, enfrentam limitações dentro do sistema político vigente. A falta de recursos, o acesso restrito aos meios de comunicação e a resistência das estruturas partidárias tradicionais podem comprometer a eficácia dessas iniciativas.

Toda essa transformação tem apresentado desafios significativos tanto à esquerda quanto à direita. As forças políticas historicamente institucionalizadas ainda lutam para compreender e dialogar com as novas formas de ampliação do espaço democrático. Enquanto isso, a direita e a extrema direita avançam em sua estratégia de conquistar o eleitorado periférico, em geral, ancoradas por alianças estratégicas com igrejas neopentecostais. Essas instituições religiosas, para além do suporte espiritual, coordenam as principais redes de apoio social nas periferias, suprimindo carências deixadas pelo Estado e fortalecendo a presença política conservadora nesses territórios.

Paralelamente, é crucial abordar a maneira como o conceito de empreendedorismo tem sido promovido nas periferias, frequentemente associado a uma lógica neoliberal que enfatiza soluções individualistas para problemas coletivos. O incentivo ao empreen-

dedorismo, apresentado como caminho para a ascensão social em um contexto de desemprego e precarização do trabalho, ignora as barreiras estruturais enfrentadas pelas populações marginalizadas.

Essa narrativa desloca a responsabilidade do Estado para o indivíduo, omitindo a falta de políticas públicas eficazes que abordem as causas profundas da desigualdade. O discurso do "empreendedor de si mesmo" pode reforçar a ideia de que o sucesso depende exclusivamente do esforço pessoal, desconsiderando fatores como acesso desigual a recursos, educação de qualidade e oportunidades reais de desenvolvimento. Dessa forma, o empreendedorismo é utilizado como ferramenta para perpetuar uma lógica de mercado que beneficia poucos em detrimento da maioria.

A resposta para contrapor essa estratégia consiste na defesa de um Estado forte e atuante nos territórios. Quando o

Estado cria políticas que promovem a autonomia econômica nas periferias, o empreendedorismo pode ser positivamente potencializado. Com o poder público investindo recursos financeiros, desburocratizando e capacitando a população periférica, o empreendedorismo torna-se uma ferramenta eficaz para inovação, geração de emprego e empoderamento das comunidades marginalizadas. Assim, é fundamental combinar o potencial do empreendedorismo com uma atuação estatal robusta, garantindo que os benefícios econômicos também alcancem o conjunto das periferias das nossas cidades.

A ascensão do conservadorismo nas periferias reflete uma disputa mais ampla pelos rumos da política nacional. Enquanto setores conservadores articulam discursos que combinam valores religiosos com promessas de ordem e prosperidade individual, a esquerda enfrenta o desafio de reconstruir sua conexão com as demandas populares desses territórios. Movimentos sociais e coletivos periféricos têm promovido uma agenda que busca ir além do assistencialismo, clamando por uma presença estatal que não se limite à repressão, mas assegure direitos básicos e promova justiça social.

Diante desse cenário, nestas eleições, a periferia assume um papel protagonista, que pode resultar na concretização de mudanças efetivas na sociedade, mas tais mudanças dependerão da capacidade de construir estratégias que enfrentem as raízes das desigualdades e questionem as narrativas neoliberais que têm orientado as políticas públicas nas últimas décadas.

É imperativo que as instituições políticas e a sociedade em geral reconheçam a necessidade de uma abordagem que combine participação popular, fortalecimento do Estado em suas funções sociais e crítica



FOTO: BNDES



FOTO: PEDRO SALVADOR

ao modelo neoliberal que tem aprofundado as disparidades sociais. A promoção de um empreendedorismo crítico, que reconheça as limitações estruturais e busque empoderar coletivamente as comunidades, pode ser um caminho mais promissor do que a simples valorização do empreendedorismo individualista.

As manifestações culturais das periferias, como o samba, rap, o funk e os saraus de poesia, continuam a ser ferramentas poderosas de mobilização e conscientização. No entanto, transformar essa energia em mudanças políticas concretas requer enfrentar os desafios

impostos por um sistema político resistente a transformações profundas. A desconfiança em relação às estruturas tradicionais é compreensível, mas a construção de alternativas efetivas exige estratégias que vão além do imediato e do local.

As eleições de 2024 oferecem às lideranças políticas tradicionais uma oportunidade para reavaliar o papel das periferias no cenário político brasileiro, provocando um diálogo franco sobre os desafios e possibilidades de transformação. A construção de uma democracia inclusiva e justa requer não apenas o reconhecimento das vo-

zes periféricas, mas também a implementação de políticas que enfrentem de forma contundente as desigualdades sistêmicas e resistam às soluções simplistas propostas pelo neoliberalismo.

Ignorar essas questões seria um erro histórico que o Brasil não pode continuar cometendo. A verdadeira transformação será fruto da abertura e do alargamento das instituições políticas e da capacidade coletiva de enfrentar críticas e construir caminhos que promovam justiça social e inclusão real. As periferias brasileiras estão sinalizando nitidamente que não aceitarão mais o papel de coadjuvantes. Cabe agora às lideranças do campo democrático compreender que o fortalecimento da democracia depende da inclusão efetiva de todos os seus cidadãos, especialmente daqueles que historicamente foram silenciados. ■

## Marco Regulatório do Fomento à Cultura: um chamado para a luta constante

JULIANA DA CONCEIÇÃO

JULIANA DA CONCEIÇÃO É ARTISTA, ADVOGADA DA SPCINE, ESPECIALISTA EM DEMOCRACIA E MESTRA EM ESTUDOS CULTURAIS PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

**Ao ser sancionada pelo presidente Lula, a Lei Federal nº 14.903/24, batizada como Marco Regulatório do Fomento à Cultura, tornou-se uma importante vitória para o setor cultural brasileiro. Juridicamente inovadora, a lei visa atender uma antiga reivindicação das trabalhadoras e trabalhadores da cultura, setor em que a alta qualificação não corresponde aos cachês cada vez mais baixos para o exercício de um trabalho criativo que exige alto envolvimento emocional, corporal e intelectual.**

**A** lei foi aprovada e não era sem tempo. Encampada por Áurea



FOTO: DIVULGAÇÃO

Carolina (Psol/MG), Benedita da Silva (PT/RJ) e Túlio Gadêlha (PDT/PE), na toada dos traumas da pandemia, que precarizou ainda mais o setor, a norma pretende diminuir uma histórica defasagem de legislações que regulam o fomento cultural a partir de suas particularidades, pois, sem regramentos específicos, a aplicação de leis inadequadas às práticas culturais, como a Lei de

Licitações e Contratos Administrativos (Lei federal nº 14.133/21), era rotina.

É importante celebrar esta conquista, mas não esqueçamos que a luta é constante.

Não devemos ignorar o tempo político em que vivemos: o fato de ter sido aprovada com unanimidade, em votação simbólica no Congresso Nacional, não faz com que o

marco legal tenha adesão plena dos estados, do DF e dos municípios, onde a aplicação deste novo regime jurídico é opcional. O não fazer também é uma política pública.

Não raro, entre jogos, debates e discussões, lutamos por leis que, depois de aprovadas, não são implementadas. Em se tratando da cultura da periferia, uma das beneficiárias do novo marco legal, isso pode se tornar uma arena de disputa que não vê essa cultura como detentora de práticas, tecnologias e saberes que reinventam um país a cada momento. Ou, se vê, enxerga essas produções com as lentes do assistencialismo, deixando de lado sua importância estética e política.

Das práticas, tecnologias e saberes da periferia incorporados ao texto legal, é de se comemorar o reconhecimento de Grupos e Coletivos Culturais despersonalizados juridicamente. Apesar da existência de outros entes despersonalizados que atuam no mundo real e

são reconhecidos pelo Direito há muito mais tempo, como o espólio e o condomínio, e apesar da existência de alguns programas de fomento para coletivos culturais em governos subnacionais, como os do município de São Paulo, a existência de uma norma geral, de alcance em todo o país, que reconheça essa inovadora forma de organização, certamente trará maior segurança jurídica para a Administração Pública e agentes culturais. Afinal, cabe ao Direito se ajustar às práticas da sociedade, e não o inverso.

Disso decorre a importância da participação da sociedade civil em todo ciclo de vida da implantação da política pública, não só no momento da aprovação da lei. Ainda que o marco regulatório preveja a atuação dos conselhos de cultura e demais atores em momentos chave, como a elaboração da minuta do edital de chamamento público, é fundamental também o controle social nas etapas onde os servidores públicos atuam

mais fortemente por estarem mais familiarizados com a burocracia, como a implementação e execução.

Sobre os agentes públicos, o Marco Legal lhes dá uma atenção especial, ao prever formação e capacitação dessas pessoas para o novo regime jurídico. Mas quando se mira o que a lei chama de grupos vulneráveis – e uso a palavra “mira” por ser o artista de periferia um grupo criminalizado – é necessário exigir uma atuação não aporofóbica dos envolvidos, incluindo, porque não, os órgãos de controle, como os Tribunais de Contas. Sendo a Administração Pública o conjunto de pessoas que possuem crenças e valores e, a reflexo da sociedade, podem reproduzir racismos e preconceitos, esse olhar faz com que o processo se torne mais inclusivo e venha a retroalimentar a melhoria no serviço público.

E se, logo no início, o Marco da Cultura afastar qualquer uso da

Lei de Licitações para os editais da cultura, levando-nos a questionar o que usar então, senão a lei recém-aprovada, não devemos nos esquecer que não está afastado o uso do MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei Federal nº 13.019/14). Substituto do instrumento do convênio da Lei de Licitações e fruto também de mobilizações de uma parcela da Sociedade Civil, cabe negritar que, nessa sopa de letrinhas de siglas e números, o sistema de valores por detrás do MROSC não é o mesmo sistema de valores que embasa o Marco

Regulatório do Fomento à Cultura. Uma sociedade civil não pode ser considerada como um único e homogêneo bloco.

Diante de tantos desafios, é importante que o maior órgão de cultura do país, o MinC, seja o indutor dessa novidade legislativa, exercendo uma Coordenação Federativa em vez de descentralizar somente. Pois em um complexo pacto federativo como o nosso - no qual as já conhecidas falta de verba, ausência de capacitação dos gestores públicos e falta de iniciativa dos governos com a participação popular encontra, em

tempos eleitorais, projetos personalistas de poder - e sem adotar a cultura como eixo transversal de atuação dos órgãos envolvidos, continuaremos com ações fragmentadas e programas de fomento que vão trazer mais problemas do que soluções.

O espaço torna-se curto para tantas reflexões, que não se esgotam aqui. Mas desejamos que a norma recém-nascida tenha uma vida longa e plena, voltada ao bem viver das trabalhadoras e trabalhadores da cultura que a gestaram. E fiquemos vigilantes para que ela cumpra a sua missão. ■

## Referências

BORGES, Juliana da Conceição *E depois? Um estudo sobre os Coletivos Culturais paulistanos, seus integrantes e produção cultural desenvolvida após a passagem pelo Fomento à Cultura da Periferia*. Dissertação de Mestrado em Estudos Culturais, EACH USP, 2023.

CALIXTO, Clarice; CARRIJO, César Dutra; LOPES, Laís de Figueiredo. *Nova lei de licitações não se aplica a parcerias com OSC*. JOTA. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/nova-lei-de-licitacoes-parcerias-organizacoes-da-sociedade-civil>

RABELO, Cecília Adeus, *Lei de Licitações. Olá, Marco Regulatório do Fomento à Cultura*. Consultor Jurídico. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-jul-11/adeus-lei-de-licitacoes-ola-marco-regulatorio-do-fomento-a-cultura/>

# Uma segurança pública popular: refletindo além da militarização

SOFIA TOLEDO E RUAN BERNARDO



FOTO: MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

**SOFIA TOLEDO** É GRADUADA EM CIÊNCIAS SOCIAIS PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP) E MESTRANDA EM SOCIOLOGIA PELA MESMA INSTITUIÇÃO. FAZ PARTE DO GRUPO DE PESQUISA MOBILIDADES: TEORIAS, TEMAS E MÉTODOS (MTTM). É PESQUISADORA RESPONSÁVEL PELO EIXO DE VIOLÊNCIA DO RECONEXÃO PERIFÉRIAS, DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO E NO AFRO CEBRAP.

**RUAN BERNARDO** É GRADUANDO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). PESQUISADOR DA ÁREA RECONEXÃO PERIFÉRIAS DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO (FPA). VINCULADO AO PROJETO PERIFÉRIAS NA PANDEMIA DO CENTRO DE ESTUDOS EM CONFLITO E PAZ (CCP), DO NÚCLEO DE PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS (NUPRI), DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP).

## A violência letal, tecnicamente entendida como homicídios e mortes violentas intencionais, constitui um entrave constante no cotidiano de grande parcela da população brasileira no quesito de acesso a direitos constitucionalmente garantidos.

Está longe de ser novidade que parte significativa desses assassinatos é praticada por agentes de segurança do Estado, que atuam de maneira seletiva, com foco em favelas e periferias das diversas regiões do país. A forma de policiamento, fortemente militarizada<sup>1</sup>, produz no imaginário social a ideia de que a atuação policial se resume a armamentos de alto calibre e seu uso

ostensivo por meio de incursões, operações, abordagens violentas, que têm sua eficácia medida pelo número de prisões efetuadas. Assim, buscamos demonstrar em trabalhos recentes como a violência policial não é um caso isolado ou um desvio das normas de policiamento, mas um padrão sistêmico que reflete o racismo e as desigualdades que estruturam a sociedade,

e, conseqüentemente, as instituições de segurança pública.

A Polícia Militar de São Paulo (PMSP), por exemplo, é responsável por realizar o policiamento ostensivo, por meio de patrulhas e abordagens, atendendo ocorrências, em uma cotidiana busca ativa por suspeitos, mas sem um ordenamento legal ou orientação de um protocolo, fortalecendo

1. A COMPREENSÃO MILITARIZADA DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL É UM DOS FATORES QUE ORGANIZAM AS RELAÇÕES ENTRE O BRAÇO ARMADO DO ESTADO E A POPULAÇÃO. ESSE FORMATO NÃO É ALGO NOVO, ESTÁ DIRETAMENTE ATRELADO À CONSTITUIÇÃO DO PAÍS E AOS SEUS PROCESSOS HISTÓRICOS. COMO O PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985), QUE, PELO DECRETO-LEI Nº 667# - QUE SEGUE VIGENTE - CRIOU A INSTITUIÇÃO POLÍCIA MILITAR, POR MEIO DA FUSÃO ENTRE A GUARDA CIVIL E A FORÇA PÚBLICA, ORGANIZAÇÕES POLICIAIS QUE ESTAVAM DIRETAMENTE VINCULADAS AO EXÉRCITO. ESSA CONFLUÊNCIA HISTÓRICA É UM DOS FATORES QUE INIBIRAM A POSSIBILIDADE DE IDENTIFICAR QUAIS SÃO AS ATRIBUIÇÕES PARTICULARES AOS POLICIAIS E QUAIS CABEM AOS MILITARES, E SE JUSTIFICA POR ESTAS INSTITUIÇÕES DIFERENTES TEREM OS MESMOS SIGNIFICADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA, UM SENTIDO VOLTADO PARA O COMBATE E EXTERMINIO DOS INIMIGOS - EXTERNOS E INTERNOS - DO ESTADO.

assim a arbitrariedade evidenciada na filtragem racial. Quando olhamos os dados sobre prisões em flagrante realizadas pela PMSP, eles indicam que, em taxas populacionais de grupos de negros e de não-negros, os primeiros têm uma chance de serem presos em flagrante 2,4 vezes maior (Sinhoretto et al., 2021). Ou seja, a filtragem racial se torna uma ferramenta de trabalho, facilitando alcançar os objetivos de produtividade que compõem o cerne do policiamento ostensivo, enfatizando e reforçando estereótipos racializados de locais e pessoas suspeitas, visando ao cumprimento de metas (Lima e Costa, 2014).

No estado de São Paulo, a letalidade policial está diretamente vinculada às consequências do policiamento ostensivo promovido pela Polícia Militar, e, portanto, que muitas vezes parece ser a única forma de promover segurança pública. Este modelo é sustentado e justificado por uma narrativa que conclama o combate urgente a um inimi-



FOTO: FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL

go interno, no formato da guerra constante.<sup>2</sup> Esse discurso de "guerra ao crime" se materializa em políticas concentradas em investimentos em equipamentos, novos armamentos, aumento do efetivo, sistema de informações e adoção de tecnologias de inteligência artificial. Assim, a militarização é promovida dada a sua necessidade para combate ao inimigo interno, personalizado nos homens jovens e negros, em detrimento de reformas necessárias nas políticas de segurança pública.

O resultado dessa combinação se manifesta nas periferias das grandes e médias cidades, nos altos índices de mortes em decorrência de ação policial, crescimento acelerado do encarceramento em

massa, adoção de tecnologias como videovigilância e reconhecimento facial que reforçam injustiças, estereótipos e desigualdades em relação à juventude negra e periférica.

A efetividade deste modelo é amplamente questionada pela realidade. Basta ver que mesmo com os avanços de políticas sociais, de legislações protetivas de direitos coletivos, de políticas de proteção da cidadania, aumentaram a violência, a superlotação de presídios e agravou-se a letalidade policial. As políticas sociais apontam numa direção, já as políticas de policiamento ostensivo têm como consequência o desmantelamento e enfraquecimento das políticas sociais nos territórios em que o policiamento osten-

sivo é mais acirrado. Por exemplo, a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro divulgou recentemente que, após uma Operação Policial de combate ao crime organizado, pelo menos 20 mil estudantes ficaram sem aula, escolas do Complexo da Maré, Complexo da Penha, Complexo do Alemão e Morro do Trem foram fechadas e as aulas canceladas para própria segurança da comunidade escolar<sup>3</sup>. No Complexo da Maré, escolas ficaram mais de 15 dias fechadas total ou parcialmente por conta da rotina diária de operações policiais<sup>4</sup>.

Para além da forma como afeta o acesso à educação da população que vive nas favelas e periferias, esta política afeta também o acesso à saúde, postos de atendimento são fechados durante operações, o transporte é paralisado, comércios são fechados. O estado de tensão submete os moradores que estão expostos a esse tipo de violência a ter 42% mais chances de desenvolver hipertensão, como demonstram pesquisas<sup>5</sup>.

Além dos danos à integridade física e mental, as ações policiais em periferias têm prejuízos diversos para os moradores, no Rio de Janeiro são pelo menos R\$14 milhões de prejuízo por ano, por não conseguir ir trabalhar, por fechamento dos comércios, produtos danificados em troca de tiros<sup>6</sup>.

Por isso é necessário debater os efeitos da militarização da segurança pública e o quanto isso enseja a necessidade de uma segurança pública popular, como alternativa que trate a polícia como parte do povo trabalhador. O formato em que se organizam as políticas públicas voltadas à segurança não estão dando e nunca deram retornos que satisfaçam as necessidades da população, principalmente dos grupos periféricos. Esse formato tem sido um obstáculo para políticas sociais, por um lado, e não tem apresentado resultados efetivos no enfrentamento do crime organizado.

Assim, é preciso aproximar o povo das políticas de segurança, da política e das instituições de justiça. A descentralização do debate da segurança pública deve considerar a participação das populações que residem nas periferias, tendo em vista que essas são as mais impactadas pela militarização. Uma possibilidade muito interessante para realizar esse processo é considerar as organizações e movimentos sociais das periferias por já estarem se aglutinando em torno dessas pautas. Exemplos são encontrados no Mapeamento de Movimentos Sociais e Coletivos das Periferias Brasileiras, no qual 20% das organizações colocam a pauta da violência como um dos seus principais temas de incidência, entre essas quase metade são organizações que trabalham com temas da cultura e do trabalho, o que demonstra que essas organizações compreendem a necessidade de se debater segurança pública para além do policiamento e da violência.

Essas organizações são

3. "PELO MENOS 20 MIL ALUNOS SÃO AFETADOS COM OPERAÇÃO EM COMUNIDADES DO RIO", G1 RIO DE JANEIRO, 27 FEV. 2024. [VER MAIS AQUI](#)

4. "COM ESCOLAS DA MARÉ FECHADAS HÁ 15 DIAS, CRIANÇAS TÊM ENSINO, ALIMENTAÇÃO E SAÚDE AFETADOS", ICL NOTÍCIAS, 04 SET. 2024. [VER MAIS AQUI](#)

5. [HTTPS://WWW.TERRA.COM.BR/VISAO-DO-CORRE/CORRE-PRO-FUTURO-VIOLENCIA-POLICIAL-AFETA-SAUDE-FISICA-E-MENTAL-DAS-FAVELAS.0A73BBE214FCEA33EC650C9DEA4516F4CTK2AT3ZZ.HTML](https://www.terra.com.br/visao-do-corre/corre-pro-futuro-violencia-policial-afeta-saude-fisica-e-mental-das-favelas.0a73bbe214fcea33ec650c9dea4516f4ctk2at3zz.html)

6. FAVELAS NA MIRA DO TIRO: IMPACTO DA GUERRA ÀS DROGAS NA ECONOMIA DOS TERRITÓRIOS. CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA, 2023.



FOTO: MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

importantes não só pelo formato em que se organizam sobre o debate, mas por como se articulam territorialmente também. Nessa amostra, 91% das organizações realizam incidência em âmbito focalizado entre o próprio bairro, região da cidade,

município e estado; e também 80% participam ou já participaram de atividades de outras organizações, dados importantes para compreender que essas estão articuladas territorialmente e que compreendem quais são os objetivos e necessida-

des populares. Tanto que 50% delas participam ou já participaram de conselhos de participação e controle social para conseguir incidir de maneira mais institucionalizada. Portanto, há de se enfatizar que a segurança pública a partir da militarização da polícia não é uma solução, tendo em vista os desgastes sociais que isso pressupõe, e a legitimação dos grupos periféricos nesse debate seria um caminho possível ao debate de políticas públicas conectadas às demandas dos territórios mais reprimidos. ■

## Referências

RAMOS, Sílvia et al. *Pele alva: a cor que a polícia apaga*. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios da Segurança/CESeC, 2022.

RAMOS, P. et al. *Periferias no Plural*. Tradução: 1. ed. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo e Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil, [s.d.]. v. 1p. 487.

SINHORETTO, J. Juventude, controle do crime e racismo institucional. *CESCON-TEXTO*, v. 32, p. 58-71, 2022.

SINHORETTO, Jacqueline (org.). *Policiaamento ostensivo e relações raciais: estudo comparado sobre formas contemporâneas de controle do crime*. 2021. Rio de Janeiro: Autografia.

SOUZA, L. Militarização da segurança pública no Brasil. In: MARTINS, H; e LOURENÇO, L (org). *Criminalidade, direitos humanos e segurança pública na Bahia*. Cruz das Alma, BA, Editora UFRB, 2014, p.(15 - 36).

## Assassinatos no campo tiveram queda de 46% em 2023, apesar do aumento de conflitos agrários

ROSE SILVA

**A juíza federal aposentada Cláudia Dadico é doutora em Ciências Criminais pela PUC Rio Grande do Sul e mestra em Direito Processual pela Universidade de São Paulo. Desde março de 2023 ela dirige o Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Agrários do Ministério do Desenvolvimento Agrário, responsável pela arbitragem dos conflitos. Nesta entrevista, ela fala sobre a ação do governo federal para pacificar a violência no campo e nos territórios indígenas.**



FOTO: DIVULGAÇÃO

**D**ados da Comissão Pastoral da Terra mostram que desde o início do atual mandato do presidente Lula foram registrados mais conflitos no campo em relação a anos anteriores. Por que isso está acontecendo e como tem agido o governo federal para pacificar esses conflitos?

Cláudia Dadico - De fato, os dados apresentados no Caderno de Conflitos, que é uma publicação anual da Comissão Pastoral da Terra, mostraram uma tendência crescente de

número de conflitos que acabou desaguando em 2023 como sendo um dos maiores já verificados desde 2015. É preciso que a gente tenha em mente que a disputa por território, as disputas fundiárias, talvez sejam hoje o núcleo, o cerne da luta de classes, é onde ela tem se mostrado mais bruta, sem nenhuma maquiagem. O que é preciso saber sobre isso? A primeira coisa é que, de fato, os números vinham numa tendência de crescimento e, nos dois anos da pandemia, houve uma estabilização pelo

próprio efeito do isolamento social. O aumento também é reflexo de uma política de liberação de armas adotada no governo Bolsonaro, além de um discurso de glorificação do uso e posse de armas. Com isso, também no campo, verifica-se um aumento muito grande do número de armas legalizadas e a defesa violenta da propriedade privada. Esse discurso cria um ambiente mais belicoso, não são meras palavras. Ele acaba realmente resultando na prática de crimes. Essa tendência vinda da gestão



FOTO: BRUNO PERES/AGÊNCIA BRASIL

anterior e isso se refletiu em 2023. Outro ponto é que a metodologia da CPT também coloca como conflito agrário as ocupações com o intuito de manifestar e de exigir o cumprimento das políticas de reforma agrária ou de exigir a regularização fundiária indígena, quilombola, enfim, das comunidades tradicionais. E esse aumento muitas vezes também se dá porque estamos em um ambiente democrático, a luta dos movimentos sociais é uma das expressões da democracia. Por isso não se vê por parte do governo federal nenhum tipo de repressão a esses movimentos. Agora, um número que também é muito importante de ser analisado é o de assassinatos no campo, que teve uma queda de aproximadamente 46%

em 2023, como resultado da política de mediação de conflitos, tanto aqui no Ministério do Desenvolvimento Agrário quanto no Ministério dos Povos Indígenas, e também as políticas do Ministério da Justiça com vistas a evitar esse tipo de violência letal. Estamos trabalhando pela meta zero, porque toda vida importa. Ainda que a gente saiba que muitas questões não dependem estritamente do governo federal. Um exemplo são as leis estaduais que falam

---

**"Estamos em um ambiente democrático, a luta dos movimentos sociais é uma das expressões da democracia. Por isso não se vê por parte do governo federal nenhum tipo de repressão a esses movimentos."**

---

dos acampamentos de movimento sem terra em beira de estrada. Muitas delas estão criminalizando esses movimentos: nos estados de Goiás, do Mato Grosso, no Rio Grande do Sul, em Rondônia. Houve recentemente uma tentativa de passar uma lei com esse teor no Espírito Santo. Então, também existe um ambiente de violência, vamos dizer assim, institucional, nos estados não alinhados com as políticas do governo federal. E nesse sentido também temos notado esse reflexo no Congresso Nacional, com a Frente Parlamentar Invasão Zero, que é exatamente a expressão parlamentar de uma visão que entende que a autotutela ou que a defesa da posse pode se fazer a qualquer preço e a qualquer custo. Uma visão frontalmente contrária à política que o governo federal tem aplicado e formulado no enfrentamento da violência no campo.

Como o governo Lula tem atuado para ampliar a demarcação das terras indígenas e o que está acontecendo agora no Mato Grosso do Sul,

onde os povos indígenas têm sido alvo de muita violência?

Em relação ao tema dos territórios indígenas, eu acho que antes até da demarcação é bom pontuar que uma das políticas que o governo federal já aplicou no seu primeiro ano de mandato foram as desintrações (a retirada de ocupantes não indígenas das áreas). Um território demarcado, com tudo já legalizado, não garante, por si só, que os povos indígenas tenham o exercício da posse plena daquele local. Muitas vezes, esse território, ainda que demarcado, também sofre invasões. Então, essa já foi uma política que deu uma guinada de 180 graus em relação ao governo anterior, pois uma das primeiras iniciativas foi a desintração e a ação humanitária no território Yanomami. Houve a composição de uma força tarefa com Força Nacional, Polícia Federal e polícias locais para devolver essas terras aos povos indígenas. Agora, em relação às demarcações, essa também é uma política

**" Existe um compromisso do governo Lula no sentido de ampliar as demarcações de territórios indígenas, de colocar mais recursos orçamentários, e, por outro lado, um Congresso Nacional que é francamente contrário a essa política."**

que sofre o influxo direto das forças políticas que estão compondo a o atual governo. Existe um compromisso do governo Lula no sentido de ampliar as demarcações, de colocar mais recursos orçamentários, e, por outro lado, um Congresso Nacional que é francamente contrário a essa política, muitas vezes também na elaboração dos projetos de lei orçamentária, sonogando recursos para essa rubrica tão importante. Apesar disso, o governo tem empreendido todos os seus esforços no sentido de avançar nos processos de demarcação.

Muitos deles estão parados não por uma ação ou omissão governamental, mas por decisões judiciais. Por exemplo, o conflito dos Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul, no município de Douradina, onde houve uma decisão judicial de primeiro grau, ainda sujeita a recurso, anulando o processo de demarcação. Assim que teve conhecimento dos primeiros atos de escalada de violência, o Ministério dos Povos Indígenas muito rapidamente compôs uma força interministerial e uma sala de situação em que acompanhando o conflito praticamente em tempo real. Então houve a preocupação de renovar e ampliar o contingente da Força Nacional nas duas áreas e de manter uma presença do governo ali, não só pela Funai ou pelo Ministério dos Povos Indígenas, mas também por representantes de outros ministérios. Houve visitas ao território de uma força volante, composta por Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério dos Direitos Humanos, Ministério da Justiça, o próprio MP.

Em sua avaliação, que tipo de projeto poderia minimizar os conflitos agrários?

Na minha visão, é realmente cumprir as políticas públicas desenhadas na Constituição, injetar mais recursos orçamentários na reforma agrária, no Incra, que é o órgão encarregado de executar executar essa política pública. No governo anterior ele sofreu um sucateamento e um desmonte também do ponto de vista normativo. Ou seja, não se permitiam sequer vistorias, avaliações, supervisões ocupacionais. Todo trabalho de campo ficava obstado ali por força de um memorando que foi editado no governo anterior e tantas outras normas que praticamente paralisaram a ação do Incra no que diz respeito à reforma agrária. A Funai também foi muito sucateada e foram negados ali recursos também em grande escala. Ela também está atualmente em um estado muito precário que herdamos do governo anterior. Mas o governo atual tem investido nisso. Então, não só agora está



FOTO: PROJETO COLABORA

realizando concursos públicos para repor essas vagas que ficaram vagas no governo anterior como também fazendo os estudos para recomposição das respectivas carreiras e valorização dessas carreiras. Acredito que tanto o cumprimento da política pública de reforma agrária quanto a de regularização fundiária quilombola, de demarcação e regularização das terras indígenas é que vão realmente enfrentar a causa real dos conflitos. Enquanto isso não for possível, talvez na medida em que a demanda se apresenta, há as políticas de mediação de conflitos. Uma das nossas tarefas tem sido executada pela Comissão Nacional de Enfrentamento à Violência no Campo. Essa comissão é formada por representação de vários

ministérios e tem se organizado também num diálogo muito próximo com a sociedade civil e com as entidades representativas dos movimentos sociais. Ela já teve missões no Maranhão, Pará, Mato Grosso. Agora estamos indo ao oeste da Bahia e essa comissão tem permitido que haja uma maior articulação, uma comunicação mais ágil entre os ministérios. E agora, recentemente, nós também criamos no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar, um Comitê de Construção da Paz no Campo, exatamente para colher das atividades representativas essa pauta específica, as suas impressões, contribuições e demandas também apresentadas no que diz respeito à violência no campo. ■

## Elas Existem luta por mulheres que compõem o sistema penitenciário



FOTO: ARQUIVO PESSOAL;

### A Associação Elas Existem-Mulheres Encarceradas atua em prol das mulheres que compõem o sistema penitenciário e das adolescentes do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro.

O foco principal de atenção da associação são grávidas, puérperas e lactantes em privação de liberdade; presas provisórias; mulheres transexuais presas; ingressas e egressas do sistema prisional; mulheres em privação de liberdade assistidas pelas unidades jurídico-manicomiais;

adolescentes em privação de liberdade; estrangeiras em privação de liberdade; e mulheres negras encarceradas.

A advogada e mestra em segurança pública Carol Bispo, fundadora e diretora-presidenta da organização, lembra que começou a atuar quando ainda morava em Guada-

lupe, no subúrbio carioca. Em 2014 saiu o primeiro relatório sobre mulheres no sistema prisional, demonstrando que o número havia crescido absurdamente desde o ano 2000. No Rio de Janeiro, de 2013 a 2014, passou de pouco mais de mil mulheres para 4600. Esse crescimento levou



FOTO: REDES SOCIAIS

Carol a querer mostrar às pessoas que elas existem. “Na minha cabeça, acabar com o sistema prisional, um dos valores da nossa organização, é fazer com que essas mulheres não voltem. Pode ser que elas não fiquem conosco eternamente, nem queremos isso, pretendemos ser ferramentas”, disse.

“Quando Elas Existem iniciou, em 2016, a maioria das pessoas morava na Zona Sul. A gente começou lá na OAB, como um grupo de trabalho e pesquisa. Quando acabavam as reuniões, eu ainda estava dentro da Avenida Brasil, no ônibus, indo para casa, e as meninas estavam nas suas próprias casas. A primeira dificuldade foi entender

o contexto social e saber que eu não tinha tempo”, relatou.

Hoje sete vezes pós-graduada, disse que ainda é vista como a menina de Guadalupe e que uma das principais dificuldades é ser alguém que montou um pequeno grupo e não é vista como pessoa branca. “ ‘Como assim você estuda? Como assim você está falando e quer trazer dinheiro?’ Quero trazer dinheiro, porque tudo o que tenho pra

mim eu quero trazer para a meninas”.

A agente de leitura da organização e egressa do sistema prisional Ra-faela Rosas afirma que luta todos os dias com o estigma de ser travesti. “É complicado porque para nós é bem difícil o acesso a informações. Então a gente aceita abuso de poder, ser xingada na rua. Então, quando as informações vão chegando, você consegue perceber o que está errado”. ■



FOTO: REDES SOCIAIS

## Jardim São Manoel receberá R\$ 178 milhões do PAC



FOTO: REPRODUÇÃO X / ORLANDO GUERREIRO

### Bairro situado no litoral paulista concentra 2 mil famílias residentes em palafitas e seus moradores lutam há 30 anos por moradia digna

O governo federal selecionou 59 propostas de estados e municípios para receber R\$ 5,5 bilhões do PAC, que serão utilizados na regularização fundiária e urbanização de favelas. A estimativa é que as propostas selecionadas beneficiem diretamente mais de 87 mil famílias, o que significaria por volta de 310 mil pessoas. Parte dos recursos provém do orçamento geral da União

e parte do FGTS. A ação prevê melhoria das condições de vida nas periferias urbanas brasileiras.

Um dos territórios contemplados nesta seleção é o Jardim São Manoel, localizado em Santos, no litoral paulista, que hoje é uma das comunidades brasileiras com o maior número de famílias residentes em palafitas. De acordo com o vereador Chico Nogueira, que hoje preside a Comis-

são da Habitação da Câmara Municipal de Santos e apoia os moradores do bairro, a luta pela regularização da área iniciou cerca de 30 anos atrás, quando foram ocupadas algumas áreas na franja do mangue, onde se consolidaram muitas moradias.

“Já tem duas ou três gerações que as palafitas estão ali. Eu fui acionado em 2016, como vereador, porque nesse período de

30 anos houve uma ação do Ministério Público com a prefeitura relacionada à questão ambiental e à necessidade de oferecer vida digna para as pessoas que moram nas palafitas. Houve audiências públicas, e a prefeitura foi obrigada a construir habitações e fazer a remoção dessas pessoas para as novas casas. A princípio, as famílias que moravam nas palafitas estavam muito felizes com a possibilidade de sair da área degradada. Porém, foram construídos apenas 200 apartamentos, número insuficiente para as 2 mil famílias residentes em palafitas”, afirmou.

Contudo, segundo o veedor, a prefeitura iniciou a remoção das pessoas de forma truculenta, inclusive das famílias que já estavam consolidadas naquela área em casas de alvenaria. “Na época colocamos nosso mandato à disposição da luta e chamamos nova audiência pública. As pessoas que haviam construído sua propriedade ali deveriam permanecer, pois tinham direito àquele território. E as que estavam nas palafitas obviamente precisavam

muito mais do que aquelas que moravam em casas de alvenaria. Alguns dos moradores removidos de forma truculenta se arrependeram, pois suas casas foram derrubadas. Outras foram invadidas”, relatou.

A partir de então, 70 famílias se organizaram e criou-se o movimento da Rua João Carlos da Silva, em busca da regularização fundiária do bairro, e iniciou-se uma forte luta contra o termo de ajuste judicial que obrigava a prefeitura a remover todo mundo. “Fizemos uma ação política junto ao Ministério Público e um dos promotores, sensível à nossa causa e ao pleito da associação de moradores, reviu a decisão judicial para tentar consolidar o máximo possível de moradores em seu espaço. Mas

ele impôs como condição que de fato a prefeitura se comprometesse com a urbanização e os direitos garantidos pela Constituição Federal para todo o bairro, começando pelas palafitas. O projeto de urbanização elaborado pela prefeitura foi encaminhado ao governo federal e contemplado com R\$ 178 milhões de recursos do FGTS”, disse Nogueira.

Segundo o presidente da Associação dos Moradores da Rua João Carlos da Silva, Genivaldo José da Rocha, em torno de mil pessoas se mobilizaram para permanecer em suas casas quando a Cohab tentou retirá-los, sete anos atrás. “O pessoal que saiu se arrependeu, pois terão de pagar durante 35 anos as prestações da nova moradia, embora não



FOTO: REPRODUÇÃO DO DOCUMENTÁRIO 'ARTE NO DIQUE'.

tenham condições financeiras”, relatou.

Antes de construir seu sobrado, Rocha pagou aluguel em outros três lugares. Ele vive no bairro com toda sua família: esposa, netos, filhos, nora e cunhado. E destaca a importância do projeto que possibilitará aos moradores regularizar e ter os documentos dos imóveis. “Sou operador de máquina. Todo mês eu comprava material e pagava meu cunhado, que é pedreiro, para trabalhar na construção. Primeiro construí a casa do meu filho, de alvenaria, depois fiz a minha, no segundo andar. Minha filha mora comigo em outra casinha, que fica atrás, e também tem um lugar para o meu cunhado. Assim estamos vivendo, cada um em seu espaço. Daqui não quero sair de jeito nenhum”.

**Retomada** - A diretora do Departamento de Regularização, Urbanização Integrada e Qualificação de Territórios Periféricos da Secretaria Nacional de Políticas para Territórios Periféricos Júlia Lins

Bittencourt informou que o governo federal já teve uma linha de financiamento para urbanização de favelas, que ganhou escala sobretudo com o PAC 1 e 2. No entanto, há mais de dez anos não eram selecionados novos projetos para alocação de recursos. “Essa retomada tem o potencial de impactar a vida dessas famílias de forma global, pois muitas delas sairão de uma situação extrema de precariedade, terão acesso a titulação, serviços públicos, acessibilidade e moradia digna”, disse.

A nova seleção dos projetos foi feita a partir de uma edital que estabelecia critérios de participação aos estados e municípios, com cotas por região e por unidade da federação, orientadas pela quantidade de domicílios em favelas urbanas divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A ideia é viabilizar uma distribuição territorial igualitária no país. O conjunto de propostas foi avaliado considerando alguns critérios de priorização: projetos

elaborados com participação social, aqueles voltados a áreas com elevado grau de precariedade (palafitas, favelas sujeitas a risco ou em lixões) e também o grau de complexidade das propostas.

A ação prevê investimentos em infraestrutura urbana (saneamento básico, contenção de encostas, sistema viário, iluminação pública), recuperação ambiental, qualidade habitacional, produção de moradias para reassentamentos, regularização fundiária e trabalho social, além de promover intervenções urbanísticas de qualificação. “A gente apoia uma intervenção integral no território, ou seja, a prefeitura ou estado deve olhar o conjunto de necessidades daquele local e montar uma proposta capaz de dialogar com todas elas: a carência de infraestrutura, a inadequação de moradias, a necessidade de recuperação ambiental, regularização fundiária, trabalho social e ação comunitária, equipamentos públicos”, afirmou Bittencourt. ■

## População Jardim Santos Dumont sofre violência e ameaças

Uma das principais consequências da ocupação irregular de territórios é que as pessoas se tornam alvos de violência e ameaças por parte de especuladores imobiliários. Esse é o caso do Jardim da Oliveiras, na região de Santos Dumont, em Guarulhos (SP), como relata a vereadora suplente Fernanda Curti.

O bairro nasceu de uma ocupação, quase 30 anos atrás, e a primeira ação de reintegração do local data de 1995. O suposto proprietário, por meio de uma cooperativa de casas populares chamada Primeira Casa, entrou com um pedido de reintegração de posse se dizendo dono da área. A disputa judicial arrastou-se por anos, até que, em 2013, houve uma mesa de negociação, com a participação da prefeitura, da cooperativa e dos moradores para fazer o loteamento



FOTO: FOURSQUARE

e a venda. As famílias assinaram um contrato de aquisição, porém, a venda era condicionada à regularização da área.

Paralelamente, havia uma ação civil pública contra a cooperativa, devido a uma parte do loteamento estar em área de preservação ambiental, onde existem três nascentes, que também é considerada área de risco. O Ministério Público entrou com ação civil pública para que cooperativa sanasse o dano ambiental na área. “São duas ações que correm separadas, a de 1995 e mais esta civil pública, nós já solicitamos para juntarem as duas, pois são interdependentes, e já avançamos na digitalização da peça”, relata a vereadora suplente, que presta assistência jurídica aos moradores daquela área.

“Fora tudo isso, a cooperativa Primeira Casa não cumpriu os termos de ajustamento de conduta, não regularizou a área e suspendeu a emissão de boletos para as famílias que estão próximas de terminar de pagar seus imóveis, com o objetivo de gerar inadimplência. Com isso, pretendem valer-se da ação de 1995 para expulsá-las de suas casas, desconsiderando todas as negociações”, afirma ela. “A única opção oferecida a elas para permanecer no local é assinar novo contrato, esquecer o que já foi pago até agora, dar uma entrada que varia de 10 a 30 mil reais e comprometer-se com 240 parcelas de R\$1400. Quando morrerem, seus filhos voltam a pagar tudo de novo”. ■

# Lutas e resistências nas periferias: arte, encarceramento e território

Desde o início de 2020, o Projeto Reconexão Periferias realiza programas para discutir os temas mais diversos relacionados às periferias, sempre dialogando com organizações, coletivos, movimentos sociais,

ativistas e militantes de todo o país. Durante os meses de agosto e setembro de 2024, foram exibidos programas com temáticas associadas a esta e à edição 57 da Revista Reconexão Periferias: “Jovens periféricos lutam

por reconhecimento de sua cultura”.

Os encontros ocorreram quinzenalmente, sempre às terças-feiras às 17h, horário de Brasília, no canal do [youtube da FPA](#)

## Confira os programas de agosto e setembro e acesse o canal da Fundação Perseu Abramo para assistir:

13/08/2024 Entre a arte e a luta: Slam Dandaras do Norte na Resistência - com Shaira Mana Josy

27/08/2024 Elas Existem - Mulheres Encarceradas: luta, resistência e acolhimento - com Rafaela Rosas e Carol Bispo

10/09/2024 Direito ao território e pacificação dos conflitos - com Claudia Dadico



## Arte Trava



FOTO: REDES SOCIAIS

Joana Jade é uma travesti preta, mãe do bebê Niare. Nasceu em 1995, em Serra Talhada, sertão de Pernambuco, e cresceu no interior de São Paulo. Atualmente coordena e dirige o projeto Arte

Trava, voltado para geração de renda por meio da moda e das artes visuais. Na Arte Trava, Joana trabalha a pintura e o pixo como ferramentas sustentáveis para gerar impacto social positivo

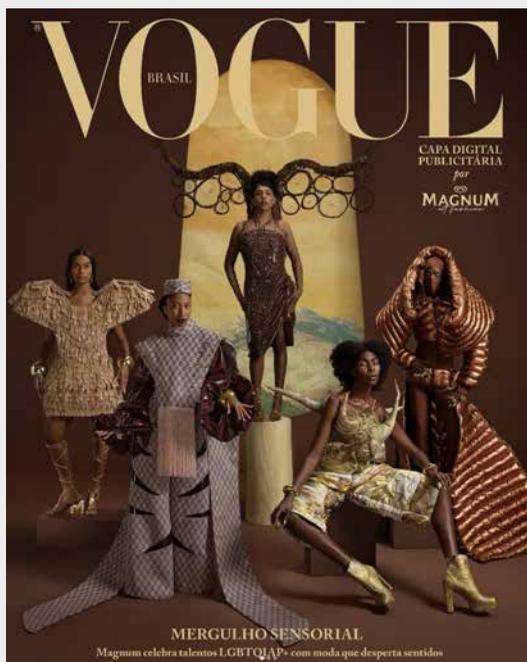
na comunidade LGBTQIAP+, aumentando a representatividade de pessoas trans retirantes vivendo de arte. O projeto, iniciado em 2019, ganhou vida a partir da iniciativa de uma travesti recém-chegada do interior de Pernambuco com sede de oportunidades, de transformação, de viver da arte, sendo uma corpa preta na grande cidade. Ao longo dos últimos anos de criação, Arte Trava pode elaborar projetos com grandes marcas como Magnum, Vogue e Converse, levando a excelência do trabalho artesanal para um público que tem buscado consumir e contatar outras formas de arte e moda.



É SOBRE AXE  
2024  
São Paulo  
Mista de técnicas sob alfaiataria



Eu sou meu território  
GRAJAU 2024



**OLHO POR OLHO**  
2023  
São Paulo  
Pixo sob camisa em algodão



**ARTE TRAVA**  
2023  
São Paulo  
Pixo sob sobretudo em algodão

Instagram e contato:  
<https://www.instagram.com/artetraofficial>

## OPORTUNIDADES SETEMBRO / OUTUBRO

Edital	Foco	Prazo	Link
Edital de intercâmbio cultural Minc nº 1, de 5 de outubro de 2023	Constitui objeto deste Edital a concessão de recursos financeiros com vistas a indenizar despesas de deslocamento, permanência e participação de agentes culturais, para apresentação de trabalho próprio, em eventos, festivais, feiras de negócios e outras atividades culturais, no Brasil e no exterior, que promovam o intercâmbio e a difusão de temas e expressões transversais que – por sua sazonalidade, peculiaridade, transversalidade ou ineditismo, não possuam locus institucional claramente definido no âmbito do Ministério da Cultura.	Até 31 de dezembro de 2026	<a href="https://mapas.cultura.gov.br/oportunidade/2059/">https://mapas.cultura.gov.br/oportunidade/2059/</a>
Edital FazCultura 2024 - Bahia	A Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA) anuncia a abertura das inscrições para o Programa Fazcultura 2024, iniciativa que viabiliza o patrocínio de projetos e atividades culturais em todo o território baiano. O programa disponibiliza R\$ 15 milhões em recursos para fomentar a produção cultural em diversas áreas, como música, teatro, dança, cinema, literatura, artes visuais, entre outras.	Até 31 de dezembro de 2024	<a href="https://siic.cultura.ba.gov.br/">https://siic.cultura.ba.gov.br/</a>
Edital de Premiação Retomada Diversidade Cultural RS	Iniciativa do Ministério da Cultura com objetivo de apoiar a retomada do setor cultural do Rio Grande do Sul, em especial, entidades e coletivos culturais atingidos pela tragédia climática. A ação consiste na destinação de R\$ 30 mil aos Pontos e Pontões de Cultura, Pontos de Memória, Bibliotecas Comunitárias, Pontos de Leitura, Escolas Livres e Comunidades Quilombolas atingidos pelas enchentes nos municípios gaúchos que tiveram o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo Nº 36/2024.	Até 07 de outubro de 2024	<a href="https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais/inscricoes-abertas/edital-de-premiacao-retomada-diversidade-cultural-rs/edital-de-premiacao-retomada-diversidade-cultural-rs">https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais/inscricoes-abertas/edital-de-premiacao-retomada-diversidade-cultural-rs/edital-de-premiacao-retomada-diversidade-cultural-rs</a>

## OPORTUNIDADES SETEMBRO / OUTUBRO

<p>Edital Cultura Viva de Patrocínio sob a Forma de Apoio Cultural às Rádios Comunitárias</p>	<p>Adesão das rádios comunitárias para uma ação de divulgação das ações do Ministério da Cultura. O chamamento integra uma série de ações previstas pela Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), que em 2024 completou 20 anos, e é direcionada à valorização, ao reconhecimento e ao fomento de entidades, coletivos e agentes que fazem a cultura acontecer em suas comunidades. As rádios deverão divulgar comunicados que contribuam para o acesso à política cultural.</p>	<p>Até 07 de outubro de 2024</p>	<p><a href="https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais/inscricoes-abertas/edital-cultura-viva-de-patrocinio-sob-a-forma-de-apoio-cultural-as-radios-comunitarias/edital-cultura-viva-de-patrocinio-sob-a-forma-de-apoio-cultural-as-radios-comunitarias">https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais/inscricoes-abertas/edital-cultura-viva-de-patrocinio-sob-a-forma-de-apoio-cultural-as-radios-comunitarias/edital-cultura-viva-de-patrocinio-sob-a-forma-de-apoio-cultural-as-radios-comunitarias</a></p>
<p>Edital de Intercâmbio Cultural - Circulação e Participação Audiovisual no Exterior</p>	<p>Constitui objeto deste Edital a concessão de recursos financeiros, na modalidade de bolsa cultural, para a participação e circulação de profissionais dos diferentes elos da cadeia audiovisual, em eventos do setor realizados no exterior, em regime de fluxo contínuo. Poderão ser beneficiadas pessoas físicas, profissionais, do segmento audiovisual.</p>	<p>Até 13 de novembro de 2024</p>	<p><a href="https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais/inscricoes-abertas/edital-de-intercambio-cultural-circulacao-e-participacao-audiovisual-no-exterior/edital-de-intercambio-cultural-circulacao-e-participacao-audiovisual-no-exterior">https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais/inscricoes-abertas/edital-de-intercambio-cultural-circulacao-e-participacao-audiovisual-no-exterior/edital-de-intercambio-cultural-circulacao-e-participacao-audiovisual-no-exterior</a></p>
<p>Edital de Licenciamento de Obras Audiovisuais</p>	<p>Este concurso consiste na seleção de conteúdos audiovisuais diversos para compor o catálogo da Plataforma Pública de Acesso e Difusão de Conteúdos Audiovisuais Brasileiros Sob Demanda (Streaming), por meio do licenciamento de produções audiovisuais de pessoas realizadoras brasileiras. A plataforma tem o princípio do acesso livre e democrático, garantindo a presença da pluralidade de linguagens, formatos e estéticas e o reconhecimento cultural de diversos grupos sociais, considerando o âmbito das questões de gênero, étnico-raciais e de acessibilidade.</p>	<p>Até 14 de outubro de 2024</p>	<p><a href="https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais/inscricoes-abertas/edital-de-licenciamento-de-obras-audiovisuais">https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais/inscricoes-abertas/edital-de-licenciamento-de-obras-audiovisuais</a></p>

## OPORTUNIDADES SETEMBRO / OUTUBRO

<p>IV EDIÇÃO DO PRÊMIO PALMARES DE ARTE - Prêmio Conceição Evaristo de Literatura - Categoria Literatura</p>	<p>O objeto deste Edital é a seleção e premiação de 100 (cem) iniciativas culturais de artistas afro-brasileiros, autodeclarados negros (pretos ou pardos) e/ou membros de Comunidades Remanescentes de Quilombos certificadas pela FCP, praticantes das diversas expressões culturais afro-brasileiras, segundo as regras estabelecidas neste Edital.</p>	<p>04 de outubro de 2024</p>	<p><a href="https://prosas.com.br/editais/14873">https://prosas.com.br/editais/14873</a></p>
<p>1º Edital Social Nexa - 2024 Construindo Legados</p>	<p>A Nexa Resources, comprometida com os princípios de transparência, publicidade, isonomia e impessoalidade, torna público o 1º Edital Social Nexa 2024 - Construindo Legados, conforme regulamento (disponibilizado nesta página, na coluna de documento à direita). Este edital tem como objetivo selecionar projetos que promovam a Geração de Trabalho e Renda, por meio do fortalecimento do empreendedorismo, estratégias de inserção no mercado formal de trabalho e/ou apoio à agricultura.</p>	<p>15 de outubro de 2024</p>	<p><a href="https://prosas.com.br/editais/14941">https://prosas.com.br/editais/14941</a></p>
<p>EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2024 – PRODUÇÃO AUDIOVISUAL - LEI PAULO GUSTAVO - VOTORANTIM/SP</p>	<p>Seleção de projetos culturais de PRODUÇÃO AUDIOVISUAL para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no item 4 deste edital, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Município de Votorantim, para proponentes residentes e domiciliados em Votorantim/SP.</p>	<p>Até 23 de outubro de 2024</p>	<p><a href="https://prosas.com.br/editais/14816">https://prosas.com.br/editais/14816</a></p>

## OPORTUNIDADES SETEMBRO / OUTUBRO

<p>Banco de Projetos Socioambientais</p>	<p>O Instituto EDP é o órgão gestor dos investimentos sociais do Grupo EDP no Brasil, atuando como uma plataforma de relacionamento que contribui para a inclusão social, qualidade de vida e bem-estar das comunidades onde a EDP atua. Dessa forma, criamos este presente canal de captação contínua para projetos sociais cujo propósito seja o desenvolvimento social, cultural e ambiental da comunidade(s) que atuam.</p>	<p>Inscrições Contínuas</p>	<p><a href="https://prosas.com.br/editais/14331?locale=es">https://prosas.com.br/editais/14331?locale=es</a></p>
<p>Elas Avançam: Ambientes Prósperos para o Protagonismo Feminino</p>	<p>Buscamos projetos que promovam atividades, ações de capacitação e formação profissional, qualificação em tecnologia e/ou desenvolvimento de habilidades e competências que fortaleçam as mulheres e promovam a equidade de gênero. Projetos que contribuam, de forma direta ou indireta, para a construção de um ambiente fértil para o protagonismo feminino por meio de ações como o desenvolvimento de lideranças, o combate ao machismo, atividades no contraturno escolar para crianças, a promoção da saúde e bem-estar, o combate à discriminação e violência de gênero, etc.</p>	<p>Inscrições Contínuas</p>	<p><a href="https://prosas.com.br/editais/9048-elas-avancam-ambientes-prosperos-para-o-protagonismo-feminino">https://prosas.com.br/editais/9048-elas-avancam-ambientes-prosperos-para-o-protagonismo-feminino</a></p>



F U N D A Ç Ã O  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores



[WWW.FPABRAMO.ORG.BR](http://WWW.FPABRAMO.ORG.BR)